

A QUESTÃO SOCIAL PRESENTE NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ

THE SOCIAL ISSUE IN SOCIAL WORKERS' PERFORMANCE WITH ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW: A STUDY FROM THE PROGRAM "LIBERDADE CIDADÃ"

LA CUESTIÓN SOCIAL PRESENTE EN LA ACCIÓN DEL TRABAJADOR SOCIAL JUNTO A ADOLESCENTES EN CONFLICTO CON LA LEY: UN ESTUDIO A PARTIR DEL PROGRAMA LIBERTAD CIUDADANA

João Alves Nascimento Neto¹
Nilza Ferreira Lopes²
Franciele Saldanha de Lacerda³
Cleci Elisa Albiero⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é abordar a questão social na atuação do assistente social em espaços socio-ocupacionais com adolescentes em conflito com a lei. O tema proposto se justifica porque a violência apresentada pela mídia frequentemente envolve crianças e adolescentes em crimes, despertando grande revolta da sociedade. Tal violência cresce devido a fatores sociais, familiares, econômicos, culturais, morais e psicológicos. Diante disso, este artigo, através de pesquisa bibliográfica, apresenta o processo de trabalho do assistente social relativo às medidas socioeducativas do programa Liberdade Cidadã desenvolvido no município Fazenda Rio Grande-PR.

Palavras-chave: questão social; medida socioeducativa; adolescente em conflito com a lei; serviço social.

Abstract

This paper's objective is to address the social issue of social workers' performance in socio-occupational spaces with adolescents in conflict with the law. The proposed theme is justified because the violence presented by the media frequently involves children and adolescents in crimes, arousing great revolt in society. Such violence grows due to social, family, economic, cultural, moral, and psychological factors. Therefore, this article, through bibliographic research, presents the social worker's working process related to the socio-educational measures of the *Liberdade Cidadã* program developed in the municipality *Fazenda Rio Grande-PR*.

Keywords: social issue; socio-educational measure; adolescent in conflict with the law; social service.

Resumen

El objetivo de este trabajo es tratar la cuestión social en la acción del trabajador social en espacios socio-ocupacionales con adolescentes en conflicto con la ley. El tema se justifica porque la violencia presentada por los medios de comunicación con frecuencia incluye niños y adolescentes en crímenes, que despiertan gran desagrado en la sociedad. Tal violencia crece por factores sociales, familiares, económicos, culturales, morales y psicológicos. Frente a eso, este artículo, por medio de investigación bibliográfica, presenta el proceso de trabajo del trabajador social relativo a las medidas socioeducativas del programa Libertad Ciudadana, desarrollado en el municipio Fazenda Rio Grande – PR.

¹ Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Uninter. E-mail: jalvesnascimento2010@hotmail.com.

² Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Uninter. E-mail: nilzaferreirasantos@gmail.com.

³ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Uninter. E-mail: franciele.saldanha@hotmail.com.

⁴ Professora do Curso de Serviço Social pelo Centro Universitário Internacional Uninter e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: clecielisa.albiero@gmail.com.

Palabras-clave: cuestión social; medida socioeducativa; adolescente en conflicto con la ley; trabajo social.

1 Introdução

O tema proposto se justifica pela violência apresentada pela mídia, que frequentemente envolve crianças e adolescentes em crimes, e desperta grande revolta na sociedade. Tal violência cresce devido a fatores sociais, familiares, econômicos, culturais, morais e psicológicos.

Por conta disso, a sociedade acredita que adolescentes infratores não são devidamente punidos. Porém, diferentemente do que acredita a sociedade leiga, o escopo do Direito Penal Juvenil não é somente punir àqueles que ferem o ordenamento jurídico, mas apresentar ao adolescente oportunidade de ressocialização.

Neste trabalho, discutiremos a questão social e suas expressões no espaço socio-ocupacional do assistente social no que se refere à adolescência, em especial o adolescente em conflito com a lei, majoritariamente pobre e socialmente marginalizado. Assim, o trabalho tem como objeto de pesquisa levantar as expressões da questão social presente na atuação do adolescente em conflito com a lei.

A “Questão Social” é um conjunto de expressões que definem as desigualdades sociais. Surgiu no século XIX na Europa, com objetivo de exigir a formulação de políticas sociais em benefícios da classe trabalhadora. A Questão social pode ser definida como, o conjunto de expressões da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2004, p. 27).

O interesse em conhecer o trabalho e a sistematização da prática desenvolvida pelo assistente social no Programa Liberdade Cidadã, no município da Fazenda Rio Grande (PR), surgiu na disciplina de PBL do 4º quadrimestre, cujo tema era a “Questão Social” na atuação do Assistente Social no espaço socio-ocupacional do Programa Liberdade Cidadã. Essa pesquisa nos levou a conhecer o processo para atender às expressões da questão social presentes em um espaço socioeducativo extremamente pauperizado.

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), inicia-se o processo de regulamentação da legislação de proteção da infância e da juventude, que consolida a garantia dos direitos da infância e juventude ao definir criança e adolescente como prioridade absoluta.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Extinguiu-se o Código de Menores e elaborou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069, de 1990 (BRASIL, 1990). O ECA é fruto de uma grande mobilização social e um marco histórico no desenvolvimento das lutas pelos direitos relacionados à infância e à adolescência no Brasil.

A atuação do profissional de serviço social é construída a partir dos processos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais apreendidos no contexto histórico e político da relação capital-trabalho. Nesta pesquisa, pretende-se contextualizar o trabalho do assistente social atuante em um espaço socioeducativo com equipe de trabalho interdisciplinar que desenvolve ações em parceria com profissionais de outras áreas (psicologia, terapia ocupacional, pedagogia, direito e enfermagem, conforme Resolução CFESS 557/2009), bem como outros profissionais do centro socioeducativo.

O Programa Liberdade Cidadã, da Secretaria de Assistência Social e Habitação de Fazenda Rio Grande (PR) é uma parceria cujo objetivo é desenvolver os Programas de Educação Ambiental (PEA) e Comunicação Social (PCS) por meio de Oficinas de Fotografia e de Meio Ambiente voltadas a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, bem como adolescentes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Além disso, oferece atividades educativas e artísticas para ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei para reintegrá-los à sociedade. Este espaço também oferece apoio familiar para acompanhá-los durante o período de permanência no programa Liberdade Cidadã.

É de suma importância no trabalho do assistente social, onde se realiza o programa Liberdade Cidadã, a confidencialidade dos documentos, o sigilo das informações e a imparcialidade na postura do assistente social conforme o código de ética profissional, Art. 2º, “Constituem direitos do/a assistente social: d-Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.” (BRASIL, [2011], p. 26). A intervenção realizada objetiva o cumprimento da medida socioeducativa e o acesso do usuário aos seus direitos previstos na lei.

2 Objetivo

O objetivo desta pesquisa é analisar e identificar as manifestações das expressões da Questão Social com as quais atua a assistente social no programa Liberdade Cidadã, no

município Fazenda Rio Grande (PR).

3 Justificativa

O interesse pelo tema se deve a relevância do tratamento dado a adolescentes em conflito com a lei, bem como dos debates midiáticos para aprovação da “menoridade penal”. Neste contexto, há um conjunto amplo de fatores e projetos que geram um discurso que promete defender a sociedade da marginalização.

Abordaremos como, historicamente, repercutiu o embate sobre a atuação do assistente social em vários espaços socio-ocupacionais e qual o posicionamento do Estado e da sociedade relativamente às políticas para a expressão da Questão Social “Adolescentes em conflito com a lei”.

4 Metodologia

Este trabalho recorre à pesquisa bibliográfica em livros, jornais, artigos científicos e sites relacionados às manifestações das expressões da Questão Social nos espaços socio-ocupacionais. A pesquisa de campo contemplou o programa Liberdade Cidadã, do município Fazenda Rio Grande (PR), com o qual o primeiro contato ocorreu por meio da assistente social responsável pelo setor, que concedeu entrevista exploratória através de um questionário anteriormente construído em sala de aula para subvencionar a abordagem em campo.

5 Resultados da pesquisa de campo

A entrevista com a assistente social (CRESS-PR 9551) do programa Liberdade Cidadã, do município de Fazenda Rio Grande (PR), possibilitou aproximação da realidade dos adolescentes em conflito com a lei em medidas socioeducativas, bem como da atuação do profissional do serviço social nesse espaço socio-ocupacional. Segundo relatos da entrevistada, haverá unificação entre o programa Liberdade Cidadã e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município (CREAS). Isto, segundo a profissional entrevistada, significa retrocesso para o programa, que deixará de ter seu espaço próprio (de individual para coletivo), onde os adolescentes cumprem as medidas socioeducativas em meio aberto, após o cumprimento do ato infracional, no CENSE (Centro de Socioeducativo), por no máximo dois anos. Depois desse período de medidas

socioeducativas em meio fechado, o juiz da COMARCA responsável determina seis meses em medida socioeducativa em meio aberto, período de liberdade assistida em que o adolescente comparece diariamente, durante o contraturno escolar, para atividades como aulas de violão, informática, curso de som automotivo, além da prestação de serviço à comunidade uma vez por semana no CRAS, na UPA e em cemitérios.

Sobre a análise dos relatos da profissional entrevistada, uma deficiência observada nas políticas públicas (a escola pública ainda não tem profissional do Serviço Social na equipe pedagógica para auxiliar no acompanhamento dos adolescentes, verificando por que o aluno não comparece à escola, na perspectiva de prevenção do ato infracional) se deve ao fato de o adolescente ser visto apenas quando vai à unidade de atendimento cumprir as medidas socioeducativas.

Um dos exemplos citados pela assistente social é a pauperização extrema, acarretando várias outras situações de exclusão desses adolescentes na sociedade, como falta de acompanhamento escolar, moradia inadequada, alimentação deficiente, abandono familiar e descaso dos órgãos responsáveis por esse público, resultando em ato infracional.

A entrevistada relata seu processo de trabalho no espaço atual, iniciado na Vara da Infância. Em seguida, há a medida socioeducativa e a apresentação ao Programa Liberdade Cidadã. Após isto, cria-se o Plano Individual de Atendimento (PIA), a partir de uma lógica de mapeamento do adolescente com a família. Cabe ao assistente social atenção e compreensão acerca dos processos contraditórios que conformam a realidade social dos adolescentes em conflito com a lei, de modo que rompa com práticas históricas de repressão e punição no atendimento a esses sujeitos.

Os instrumentais utilizados pela profissional em uma entrevista de atendimento ao usuário são: observação, escuta qualificada, estudo social, relatório e visita domiciliar. Entretanto, há articulação com as redes de apoio ao atendimento, que envolve saúde, educação e assistência social, setores indispensáveis para atendimento diário dos adolescentes em conflito com a lei. Atualmente, duas assistentes sociais atendem 37 adolescentes do programa. A entrevistada relatou que a falta de profissionais, de equipamentos e de um espaço físico adequado gera acúmulo de atividades, diante do que o programa oferece e necessita para atendimento aos usuários. Essa precarização do sistema prejudica as demandas.

Dessa forma reprimindo a minimização da questão social presente no atendimento das famílias e seus usuários. Um dos exemplos citados pela assistente social é a pauperização extrema, acarretando várias outras situações de exclusão desses adolescentes

da sociedade, como falta de acompanhamento escolar, moradia inadequada, alimentação deficiente, abandono familiar e descaso dos órgãos responsáveis por esse público, resultando em ato infracional.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Devido à precarização excessiva do sistema público, os profissionais atuantes nesses espaços encontram dificuldades. O prazo para entrega do relatório do PIA (Plano Individual de Atendimento) ao PROJUDI (Processo Judicial Digital) é curto, de maneira que o profissional fica sobrecarregado para atender as demandas de cumprimento das medidas socioeducativas; percebe-se um aumento no tempo de permanência desses adolescentes no programa no Município da Fazenda Rio Grande, que ficam à espera desse acompanhamento.

6 Considerações finais

Com este trabalho, atingiu-se o objetivo proposto, isto é, identificar e analisar a Questão Social no referido espaço socio-ocupacional de atuação do assistente social, o programa Liberdade Cidadã e suas atribuições no contexto do adolescente em conflito com Lei, por meio de pesquisas bibliográfica e de campo no Município Fazenda Rio Grande (PR). Em alguns casos relatados, segundo a assistente social entrevistada, percebeu-se não haver parâmetros mínimos à medida aplicada ao adolescente, em casos de infração de menor gravidade em comparação a casos de maior relevância. Por exemplo, um adolescente que quebrou o vidro de uma janela cumprirá a mesma medida que outro envolvido com tráfico de drogas e homicídios. Após análise da pesquisa, compreendemos que o trabalho do assistente social no Programa Liberdade Cidadã é de grande relevância, por intervir para garantir direitos da criança e do adolescente em conflito com a lei.

Referências

BOSCHETT, Ivanete Salete. **Resolução CFESS n.º 557/2009**. CFESS, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço social, [2011]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 13563, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

MELLO, Patrícia Mello. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil [internet]. **Scribd**. [s.l., s.d.]; Disponível em: <https://www.scribd.com/document/96887858/Uma-Breve-Historia-dos-Direitos-da-Crianca-e-do-Adolescente-no-Brasil/>. Acesso em: 25 jan. 2022.